

**PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 1.983 - SP (2019/0090152-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**REQUERENTE** : ABEL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LEASING  
**REQUERENTE** : ANFAC - ASSOCIACAO NACIONAL DE FOMENTO COMERCIAL  
**ADVOGADOS** : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP012363  
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM E OUTRO(S) - SP118685  
FERNANDO CRESPO QUEIROZ NEVES - SP138094  
ARAKEN DE ASSIS - RS011380  
**REQUERIDO** : SAO PAULO CAMARA MUNICIPAL

**DECISÃO**

Cuida-se de pedido de tutela provisória formulado pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LEASING – ABEL e ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FOMENTO COMERCIAL – ANFAC, com fulcro nos arts. 300 e seguintes, 995, parágrafo único, 1.012, § 3º, e 1.029, § 5º, I, do CPC/2015.

Insurgem-se as requerentes contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que reconheceu a existência de fato determinado a justificar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, tendente a apurar eventuais práticas ilegais (sonegação tributária) cometidas contra a Fazenda Municipal.

Aduzem que estão presentes os requisitos para o deferimento da tutela. "No caso concreto, o 'fundamento relevante' e a 'probabilidade do direito' estão comprovados pela retomada dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito quando o 'PRAZO CERTO' para a efetivação dos seus trabalhos expirou em 10 de dezembro de 2018 e, ainda, que mesmo ultrapassado o seu prazo, está agindo sem que exista um FATO DETERMINADO. E o risco de 'ineficácia da medida' e o 'risco ao resultado útil do processo' é evidente diante dos atos adotados por aquela Comissão Parlamentar de Inquérito que está realizando atos fora da limitação temporal para o seu funcionamento e sem a existência de um FATO DETERMINADO" (e-STJ fl. 27).

Requerem a concessão da medida antecipatória, "para o fim de atribuir efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto, restaurando-se, até final decisão do mesmo, a liminar deferida no mandado de segurança impetrado (...) com a consequente, suspensão imediata e completa dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada com base na aprovação do Requerimento n. 08-00055/2017 pela Câmara Municipal de São Paulo, com relação às Requerentes e seus associados".

Passo a decidir.

De início, observo que o pleito de efeito suspensivo se ampara no art. 1.027, § 2º, do CPC/2015, que manda aplicar ao recurso ordinário o disposto no art.

1.029, § 5º, daquele diploma, *in verbis*:

Art. 1.029. O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão: (...).

§ 5º O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido:

I – ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo; (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016)

II - ao relator, se já distribuído o recurso;

III – ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037. (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016)

Dito isso, cumpre destacar que, de acordo com a jurisprudência desta Corte, a atribuição de efeito suspensivo a recurso ordinário reclama a demonstração da "ocorrência de decisão teratológica ou manifestamente ilegal e a iminência de dano grave ou de difícil reparação" (AgRg na MC 22.147/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado em 25/03/2014, DJe 04/04/2014).

No caso, em um juízo de prelibação, não vislumbro o primeiro dos requisitos.

É que a argumentação tecida no acórdão recorrido, no sentido de apontar fato determinado hábil à instauração da “CPI da Sonegação Tributária”, não desponta ilegal ou teratológica.

A propósito, transcrevo excerto do referido julgado, de modo a evidenciar, em princípio, a razoabilidade do entendimento sufragado na origem:

Com relação à justificativa para instauração (fls. 240/241), houve indicação de que o objetivo da CPI está relacionado a tributo municipal, especificamente para averiguação de possíveis sonegações de tributos praticadas por prestadores de serviços na cidade de São Paulo. Ou seja, investigação de possível sonegação de ISS (tributo de competência exclusiva do Município - art. 156, III, da CF) praticada por empresas de leasing, franchising e de factoring contra o Município de São Paulo. Aduziu-se que já foi instaurada "CPI dos Grandes Devedores (CPI-DAT)", cujos trabalhos redundaram em importantes resultados, favorecendo a Fazenda Municipal com a recuperação de parte substancial da dívida, e que (fls. 241) "Não obstante, as Pessoas Jurídicas citadas neste pedido de instauração de CPI, são grandes devedores do Município de São Paulo, tendo sido classificadas como sonegadas da cidade de São Paulo por Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Assembleia Legislativa de São Paulo (CPI das Finanças), não investigadas por falta de competência legal." e que "... esse assunto não foi alvo da CPI-DAT pela exiguidade do tempo de duração daquela, não obstante os grandíssimos esforços empreendidos, sendo assim, a instauração da presente Comissão Parlamentar de Inquérito se prestará a isso."

Desse modo, na justificativa de fls. 240/241, há clara indicação de que a

investigação está alicerçada em apurações já realizadas no âmbito de outras duas CPIs, que tinham por objeto fatos relacionados à arrecadação tributária, as quais indicavam indícios concretos de irregularidades que justificavam o procedimento investigatório parlamentar. (e-STJ fl. 828).

No que toca ao requisito do "prazo certo", verifico que a Corte de origem asseverou que tal pressuposto não foi objeto da impetração (*vide* e-STJ fls. 824 e 826), daí porque a análise ali realizada ficou limitada ao "fato determinado" que ensejou a instauração da CPI.

Assim, à míngua de teratologia evidente, é de rigor o indeferimento da medida pretendida.

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido, com arrimo no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator